

Filosofia e Gênero como prática de integração no Instituto Federal

Philosophy and Gender as an integration practice at the Federal Institute

Ana Carolina Gomes ARAÚJO
Doutorado em Filosofia/UFPR
Professora de Filosofia/IFTM-IFG
E-mail: carol.gomescg@gmail.com

RESUMO:

O artigo apresenta a prática teórica e pedagógica do Humano Mulher em filosofia no instituto federal como um projeto que se afirma como tecnologia educativa e como atuação cotidiana requintada de prática em educação no percurso formativo. O projeto dá mostras da integração entre sala de aula, investigação científica e ação extensionista que se expande da dimensão escolar para também dimensão popular ao alcançar a comunidade externa com os saberes tradicionais. Não bastasse, o projeto que tem sua fundação na filosofia, se consolida como propulsor na lida educacional diante de questões éticas atuais ao estabelecer como matéria especulativa de investigação a mulher como categoria de reflexão, ousando, sobretudo, na relação simultânea e dialógica entre quem pesquisa e quem se pesquisa, na medida em que a mulher é o assunto e a agente pesquisadora.

PALAVRAS-CHAVE: Humano Mulher. Filosofia. Gênero. Instituto Federal. Mulher.

ABSTRACT:

The article presents the theoretical and pedagogical practice of Humano Mulher in philosophy at the federal institute as a project that affirms itself as an educational technology and as an exquisite daily practice in education. The project demonstrates the integration between the classroom, scientific research and extension work that expands from the school dimension to the popular dimension by reaching out to the external community with traditional knowledge. Not only that, but the project, which has its foundations in philosophy, consolidates itself as a driving force in educational work in the face of current ethical issues by establishing women as a category of reflection as the speculative subject of investigation, daring, above all, in the simultaneous and dialogical relationship between the researcher and the researched, insofar as the woman is the subject and the researching agent.

KEYWORDS: Human Woman. Philosophy. Gender. Federal Institute. Woman.

INTRODUÇÃO: A FILOSOFIA E A SUA NÃO NEUTRALIDADE NO TERRITÓRIO EDUCATIVO

Tratar da filosofia nos institutos federais requer, indiscutivelmente, considerar a referência epistêmica de análise como lente de recorte do processo educativo. Em outras palavras, tenha-se como tema a presença da filosofia ou as tratativas do ensino desta nas instituições, uma ou outra, e até ambas, é oportuna a apresentação do pressuposto que subsidia e fundamenta os juízos dispostos na abordagem do assunto dada a multiplicidade, e não menos complexa, realidade da educação.

A filosofia como produção humana se inscreve no cotidiano das diferentes ações, sobretudo na dimensão do contingente que anuncia a ausência do necessário como único percurso, ou seja, a filosofia como dimensão da cultura enquanto feito humano, e não como lei natural. Ora, é por essa inscrição que a relação entre filosofia e educação na dimensão do ensino escolar requer o afastamento de uma pretensa neutralidade histórica que imputa a ambas o risco da generalização e de indiferença aos problemas educativos.

O território do ensino escolar é constituído por frequentes disputas de poder e de narrativas epistêmicas, o que torna ingênua qualquer análise que encerre a educação enquanto um assunto exclusivo de formas e modelos organizacionais. A arquitetônica pedagógica implicada na logística de funcionamento das instituições de ensino é precedida por concepções de sociedade e suas relações de poder. Essa precedência está posta também nas áreas de conhecimento que reunidas compõe os currículos e roteiros formativos.

Nesse sentido, observa-se que a filosofia está duplamente rodeada por pressupostos que antecedem a sua presença e o seu ensino na escola, e em especial, nos institutos federais. Esses pressupostos são definidores na medida em que se trata aqui da história recente dos institutos e também da filosofia como área na história do pensamento humano.

Enquanto histórico institucional, a premissa de fundação dos institutos é a formação profissional para o mundo do trabalho, cuja articulação do currículo se dá na conexão entre formação laboral e formação cidadã. Nota-se que a categoria epistêmica pressuposta é a distinção social classista, cuja educação se dá na preparação de trabalhadores para as requisições da sociedade produtiva.

qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção de educação profissional e tecnológica que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana (PACHECO, 2011, p. 16).

Enquanto área de conhecimento que ocupa seu devido espaço na composição curricular, a filosofia tem sido disposta, resguardadas pontuais experiências, à luz de uma história convencional

conteudista referenciada pela concepção de uma historiografia cujas marcações remetem a uma epistemologia ocidental da razão. Quer dizer, boa parte dos conteúdos do ensino de filosofia nos IFs mantém a generalização da história da filosofia a partir da marcação temporal cronológica dos gregos à contemporaneidade canonizada entre os pesquisadores acadêmicos brasileiros.

Os pressupostos, institucional e de área, se tornam agravantes pela ausência do que revelam, justamente por uma neutralidade como sintoma da falta de uma categoria analítica que possibilite uma revisão da própria história da filosofia e também da educação, qual seja: gênero como fonte de exame crítico dos feitos humanos.

O propósito é chamar a atenção para latências sobre a filosofia nos institutos federais, cujas metodologias, didáticas e práticas de organização e distribuição da atividade docente se tornam desdobramentos esvaziados, incorrendo em anomalias educacionais como redução de carga horária da área e altos índices de retenção e evasão, uma vez que o pensamento efetivado na ação educativa se alinha às estratégias de dominação e anulação de corpos. Nesse sentido, tratar da educação para o mundo do trabalho aliado ao trato teórico apenas de pensadores da filosofia, apartado de uma matriz epistemológica que trata das diferenças, é possibilitar uma figuração descritiva de formatação de estudantes para demandas de produção de mercado, condição esta que invariavelmente se mostra, sobremaneira, acanhada para a força educativa da filosofia como área de pensamento crítico.

Joan Scott em 1986 no artigo que se tornou uma referência para estudiosos do assunto, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, observa que abordagens generalistas se furtam ao questionamento dos modelos dominantes na medida em que não abalam o poder destes:

Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que, por mais hesitantes que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só uma nova história das mulheres, mas uma nova história (GORDON, 1976, p. 75 apud SCOTT, 2019, p. 51).

Tendo em vista a força crítica da filosofia, aqui tratamos da presença dela como tecnologia humana em educação que assume a sua não neutralidade epistêmica e se efetiva no território educativo a partir do gênero como categoria de análise.

PRÁTICA INTEGRADORA DE FILOSOFIA NO INSTITUTO FEDERAL

No ano de 2019 o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Campus Ituiutaba, efetivou uma reformulação no currículo com redução da carga horária da unidade curricular de filosofia nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, tendo as horas alteradas de 99 para 66, com atenção para o fato de que as 99 horas que eram distribuídas nos 3 anos de formação passaram para 66 horas concentradas em

apenas 1 ano. Observa-se que se na camada da formalidade a redução refere-se a 1/3 da carga horária, mas na prática cotidiana das aulas, a redução refere-se a 2/3, uma vez que dois anos deixaram de ter a área no percurso formativo.

Diante do novo contexto que lançou a filosofia a uma existência mínima no ecossistema múltiplo inerente à formação de nível básico, foi necessário recompor a presença da área para que os efeitos da redução não possibilitassem o retorno do fantasma da retirada da obrigatoriedade da filosofia tão ainda recente no histórico da educação escolar.

A reformulação impôs à filosofia no IF dois movimentos de recomposição: a) reorganização da ementa e a seleção dos conteúdos que haveriam de ser suprimidos pela diminuição do tempo, e, b) a criação de estratégias para que a retirada dos conteúdos não representasse um apagamento diante da diminuta presença no currículo.

Em vista disso foi criado o projeto Humano Mulher como tática de permanência da filosofia no cotidiano da vida estudantil, de modo a alargar a carga horária de sala de aula. Entretanto, esse alargamento se daria sem as prerrogativas da obrigatoriedade, cuja metodologia demandada não haveria de se assemelhar às aulas semanais. Diante do cenário, as diretrizes fundantes do projeto assentaram-se na orientação, leitura, investigação e escrita de textos analíticos do pensamento de filósofas como proposta de efetivar o ensino de filosofia assentado para além da formatação da organização didático-pedagógica de sala de aula, operando uma metodologia que lidasse com referências epistêmicas inabituais e que enfrentasse problemas contemporâneos da juventude, bem como problemas institucionais de baixo aproveitamento e permanência de jovens no instituto federal.

Essa reformulação do currículo que retirou a filosofia de 2 anos da formação de estudantes nos cursos integrados, trouxe à superfície o fantasma do apagamento vivenciado em anos anteriores quando da retirada integral da área dos currículos da educação básica, entretanto, mais do que isso, evidenciou a emergência de reconsideração da própria área como fazer educativo indispensável ao processo formativo atenta às recentes mudanças provocadas por políticas públicas na sociedade em geral.

Ora, nem a escola e nem tampouco a filosofia, se mantém apartadas dos conflitos e dinâmicas sociais, de modo que o Humano Mulher ao ser apresentado inicialmente como projeto de ensino, assume a categoria de gênero como tema principal, e não apenas, também como dispositivo de tecnologia educativa ao alcançar as estudantes da própria instituição. Observa-se, portanto, o duplo movimento simultâneo de revisar a matriz epistêmica da área e o uso desta como ferramenta de intervenção na própria instituição.

Nesse sentido, em 2021 o Humano Mulher foi desenvolvido como projeto de ensino com a proposição de encontros de estudo de conceitos de pensadoras filósofas e com concessão de bolsa para

1 estudante do ensino médio integrado. No mesmo ano foram desenvolvidos 3 projetos de pesquisa de iniciação científica no ensino médio em filosofia com bolsa para estudantes: (i) “A mulher negra na filosofia de uma mulher negra”¹, (ii) “A mulher negra e a categoria de outro como não ser na filosofia”², e, (iii) “Análise filosófica da condição da mulher na relação sujeito e objeto e a série Coisa mais linda”³.

Em 2022 o Humano Mulher se recoloca como projeto de ensino e com a concessão de 2 bolsas para estudantes do ensino médio integrado. Nesse ano foi efetivada a integração com o projeto de ensino Artistas Mulheres⁴, assim como ocorrido em 2021, cuja conexão foi estabelecida a partir do gênero como tema em ambos projetos, um com base em mulheres filósofas e o outro em mulheres artistas. A pesquisa manteve-se alinhada com a aprovação de 2 projetos de iniciação científica no ensino médio: (i) “Interseccionalidade e a condição da mulher na sociedade”⁵, e, (ii) “A condição da mulher negra e o congado”⁶.

Nos dois anos o desenvolvimento metodológico se deu como encontros mensais ou bimensais com exposição dialogada entre professoras(es), debatedoras(es), e, estudantes participantes. Os encontros foram compostos da tríade: (i) exposição de conceitos, (ii) estudo de caso a partir de obras artísticas e culturais, ou observação empírica de estudos de casos cotidianos, e (iii) diálogo orientado e participativo de estudantes. As estratégias se serviram da análise de textos filosóficos de pensadoras no fomento do exercício de análise lógica dos textos imersa na metodologia filosófica de reflexão seguido de debates instrutivos.

Nesse segundo ano, o Humano Mulher foi ramificado para a dimensão extensionista ao ser aprovado em edital interno de fomento à extensão no IFTM Campus Ituiutaba para ampliar junto à comunidade a relação entre a condição da mulher negra e a arte do grafite, tendo tido na sua proposição mestra a compra de cem livros de autoras mulheres sobre o tema da mulher na relação interseccional com raça e classe social para o acervo da biblioteca, bem como a execução de intervenção artística do grafite com o tema da mulher negra na congada.

Considerando o acúmulo das ações nos 2 anos do Humano Mulher, em dezembro de 2022, durante a realização da 2ª Semana Nacional de Educação Profissional e Tecnológica realizada pelo Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), o projeto foi

¹ Projeto de Pesquisa 2021 de Maria Júlia de Moura Peixoto. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

² Projeto de Pesquisa 2021 de Bruna Leandra do Nascimento Pacheco. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

³ Projeto de Pesquisa 2021 de Gabriela Silva Freitas. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

⁴ Projeto de Ensino do IFTM Campus Ituiutaba sob coordenação da artista, docente e pesquisadora, Michele Soares. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1049316737767885>.

⁵ Projeto de Pesquisa 2022 de Jeovanna Gabriely Dantas Silva. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

⁶ Projeto de Pesquisa 2022 de Rafaela Martins Alves. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

premiado em 2º lugar na apresentação de trabalho acadêmico resultante da apresentação das estudantes bolsistas de iniciação científica sob supervisão da orientadora.

No ano de 2023 o projeto que havia iniciado como proposta complementar ao ensino, consolidava-se como prática integradora de ensino, pesquisa e extensão, sendo que a articulação entre as 3 dimensões permaneceu referenciada pelo trato da questão de gênero no pensamento filosófico. Diferente dos anos anteriores em que o projeto de ensino se dava no formato de encontros abertos de leitura e investigação de textos filosóficos, agora o formato foi recomposto para diálogos de escutas orientadas com as estudantes ingressantes no ensino médio integrado, tendo mantido 2 bolsas de ensino para estudantes. Os diálogos foram mediados pelas bolsistas de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como pela professora da área e orientadora. Cada diálogo estabelecia a apresentação de conceitos filosóficos por pensadora e investigados pelas estudantes em suas análises de iniciação científica. Após esse primeiro momento, seguia-se para uma escuta das estudantes através de um formulário elaborado pelo conjunto de bolsistas, cujo assunto principal versava sobre a condição da mulher como interrogação diagnóstica: “Quem são as mulheres estudantes do Campus Ituiutaba?”. Além da escuta orientada realizada com as estudantes, também foram desenvolvidas outras duas escutas, uma com as mulheres docentes do ensino médio integrado, e, outra com as mulheres congadeiras de Ituiutaba. As 3 escutas realizadas em 2023 conectavam-se diretamente com os projetos de pesquisas de iniciação científica novamente aprovados em edital com concessão de bolsas, sendo: “A condição da mulher negra e o congado”⁷, “Interseccionalidade e a condição da mulher na sociedade”⁸, e, “A mulher indígena e a filosofia da ausência na pirâmide social do poder”⁹.

Uma vez mais a extensão foi parte do Humano Mulher, sendo que se no ano anterior se deu no diálogo com o grafite, em 2023 a relação se deu entre filosofia e a música de tradição com a realização da oficina teórica e prática “Percussão e canto de tradição da congada”, a partir de aprovação em edital interno do IFTM que possibilitou a parceria com grupo de congada da cultura local no município de localização do campus¹⁰. O projeto deu continuidade à presença da congada no campus iniciada em 2022, dada a sua importância na história política e cultural da cidade, destacando-se no arranjo produtivo local, humano, social e de geração de renda na prática do saber de tradição afrobrasileira.

⁷ Projeto de Pesquisa 2023 de Rafaela Martins Alves. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

⁸ Projeto de Pesquisa 2023 de Nicolly do Nascimento Pacheco. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

⁹ Projeto de Pesquisa 2023 de Ana Luíza Matias de Souza. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM PIBIC-EM/CNPq.

¹⁰ A oficina foi ministrada pelo capitão e capitã do terno Raízes de São Benedito do município de Ituiutaba-MG.

Se em 2022 o projeto foi premiado pelo caráter acadêmico em Brasília, em 2023 foi premiado por sua dimensão extensionista no Congresso de Extensão (CONEXT) do IFTM realizado em Uberaba-MG, tendo sido reconhecido entre os 3 melhores projetos apresentados.

Em 2024 o Humano Mulher conservou suas ações nos pilares: ensino, pesquisa e extensão, e manteve os diálogos de escutas orientadas como ação de ensino, bem como permaneceu com as 2 bolsas para estudantes através de edital da instituição. As iniciações científicas da pesquisa foram ampliadas com a participação positiva em editais e ampliou as bolsas de estudantes para o número de quatro, com os projetos: “Filosofia e as principais ideias das estruturas interseccionais para pensar a condição das mulheres¹¹”, “Interseccionalidade e a condição da mulher na educação¹²”, “A mulher indígena e a filosofia da ausência na pirâmide social do poder¹³”, e, “Branquitude como conceito filosófico para compreender as diferenças de gênero e raça¹⁴”.

Nesse ano a atuação extensionista ocupou as redes sociais disseminando conteúdos produzidos por estudantes bolsistas de extensão a partir de pensadoras que tratam da condição das mulheres ao comunicar informações sobre redes locais de apoio e de enfrentamento da violência contra mulheres. A ação foi efetivada segundo aprovação em edital do IFTM com a concessão de 2 bolsas para estudantes, como subprojeto do Humano Mulher intitulado: “Aliança estudantil para a comunidade: Humano Mulher, Filosofia e Educomunicação na proteção das mulheres”.

Observa-se, portanto, que o Humano Mulher se afirma por sua metodologia integradora e interdisciplinar ao articular projeto de ensino com projetos de pesquisa e projetos de extensão realizados por e com estudantes bolsistas na apresentação de suas investigações.

Destaca-se o vínculo do Humano Mulher com o projeto Artistas Mulheres na realização de encontros interdisciplinares na área de arte aberto para a comunidade interna e externa. Se articula pedagogicamente com a integração interdisciplinar ao apresentar o tema da mulher enquanto assunto que atravessa múltiplas dimensões das unidades curriculares de ensino. Se articula com o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) ao estudar o pensamento de mulheres filósofas negras, bem como o trato do conceito “interseccionalidade” cunhado na história do pensamento por pensadoras negras, bem como o Núcleo de Estudos sobre Diversidade e Gênero (NEDSEG) ao propor como tema principal a mulher e concentrar os estudos em mulheres pensadoras. Se articula também com o AGORA (Grupo

¹¹ Projeto de Pesquisa 2024 de Yngrid Heloá de Oliveira Silva. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

¹² Projeto de Pesquisa 2024 de Nicolly do Nascimento Pacheco. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM BIC-Jr.

¹³ Projeto de Pesquisa 2024 de Ana Luíza Matias de Souza. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM PIBIC-EM/CNPq.

¹⁴ Projeto de Pesquisa 2024 de Sofia Abadia Guimarães. Estudante bolsista de incentivo à pesquisa do IFTM PIBIC-EM/CNPq.

de Pesquisa em Pensamento, Filosofia, Arte e Cultura) do IFTM que reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas.

Diante da integração metodológica, a investigação do pensamento filosófico da condição da mulher conectada à prática de ensino, pesquisa e extensão, se coloca como objetivo geral do Humano Mulher, necessariamente subsidiado pelo uso tecnológico da educação como estratégica de descontinuar a condição objetificada da mulher na sociedade, o que implica, dentre os diversos condicionamentos sociais, o abandono ou a falta de acesso de jovens estudantes no percurso de formação escolar e profissional.

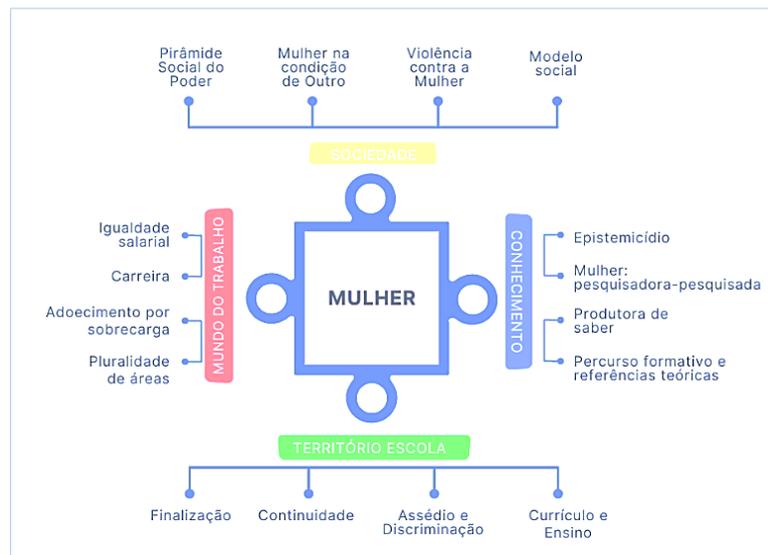
Nesse sentido, é indispensável compreender a singularidade do Humano Mulher que se sustenta no protagonismo de jovens mulheres como bolsistas pesquisadoras e, simultaneamente, como o próprio conteúdo de seus projetos. Noutros termos, a condição da mulher é posta duplamente como autora e obra, como estudante e pesquisadora, como investigadora e como matéria, conforme Grada Kilomba destaca como uma demanda epistemológica “que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas(os) falamos de um tempo e um lugar específicos, de uma história e uma realidade específicas – não há discursos neutros” (KILOMBA, 2019, p. 58)

Ora, na medida em que o projeto sofisticava a metodologia, ao mesmo tempo se apropria da educação como tecnologia e como reversão da estrutura de poder, cujo cenário tem sido o afastamento de jovens mulheres do contexto estudantil. O Humano Mulher, portanto, apresenta uma concepção tecnológica da educação como instrumento de intervenção no campo próprio da instituição, uma vez que as estudantes são autoras, investigadoras e matéria de si mesmas.

O CAMPO PROBLEMÁTICO

Ao constituir o Humano Mulher como um projeto sofisticado em educação é indispensável marcar o campo problemático em que se coloca, determinando as variantes que o constituem enquanto ação educativa na amplitude do alcance formativo:

Figura 01: Variantes constituintes do Humano Mulher



Fonte: Autora, 2025.

Ressalta-se que as variantes acima não são isoladas, muito ao contrário, o cotidiano de jovens estudantes se dá na multiplicidade coexistente de fatores, por exemplo, se tratamos a produção de saber na história do pensamento com o agravante diagnóstico do apagamento das mulheres como referências teóricas, esse mesmo apagamento é identificado no mundo do trabalho e a ausência de mulheres protagonizando cargos superiores nas carreiras. Ademais, somada a essa ausência, observa-se a desigualdade salarial. Veja que ao definir como referência teórica do projeto autoras a serem pesquisadas e analisadas, o que se desdobra diretamente na vida escolar de formação das estudantes é a categoria da presença da mulher operando uma reversão das relações de poder em que o homem é posto como modelo produtor de conhecimento, que por sua vez é estendido para o mundo do trabalho enquanto gestor magno de carreiras pré consolidadas como do campo do exercício racional intelectual.

Nesse sentido, é importante evidenciar as variantes, menos para isolá-las e mais com o objetivo de compreender a conexão entre as mesmas e visualizar os desdobramentos de uma na outra. Sistemáticamente a dinâmica do Humano Mulher diante da multiplicidade das variantes é distinguir os eixos e suas nuances que potencializou nos encontros e nas orientações, estratégicas que pontualmente evidenciaram as variantes não apenas isoladamente, e sim para que ao tratar de um eixo, as estudantes e participantes em geral, operassem alargando o aprendizado para os outros eixos diante da percepção de que a condição da mulher é um campo problemático da existência humana nas suas sociabilidades. Noutros termos, falar da violência contra a mulher não é isolado dos casos de assédios, sexual e moral, no território escolar e nem tampouco no mundo do trabalho.

Não obstante, anterior às variantes que determinam um problema, impõe-se a questão em busca do que é um problema, que em fato trata de uma genealogia deste na busca para compreender o estatuto

do Humano Mulher como tecnologia educativa ao conjugar os condicionamentos atuais da mulher na perspectiva de impulsos e que apontam para atuações que consolidam recomposições da mulher como existência não diminuída diante de um modelo estabelecido como fundante do humano. Em outras palavras, perguntar pelo problema é apontar as linhas orientadoras para definição do que se postula em um campo problemático.

O pensamento da diferença na linhagem deleuziana aborda criticamente a categoria do problema ao enfatizar que há um preconceito na colocação de problemas enquanto decalques de proposições já estabelecidas. Diz-nos Deleuze: “os problemas são provas e seleções. O essencial é que, no seio dos problemas, faz-se uma gênese da verdade, uma produção do verdadeiro no pensamento” (2006, p. 232). Esse apontamento compreende a solução, a resolução de um problema a partir das condições do próprio problema, das variáveis com que este problema é colocado e desenvolvido. De outro modo, e metodologicamente, resolver é sempre engendrar as discontinuidades sobre o fundo de uma continuidade funcionando como problema. Nesse sentido, uma problematização não traz em si sua solução, traz sim, as condições constituintes de um problema, cuja conjugação de ato subjetivo e ato objetivo do problema provoca as faculdades ao exercício de uma percepção criativa como gênese resolutive.

As variantes constituintes do Humano Mulher e os apontamentos do filósofo nos impulsionam a perguntar: quem é a mulher no pensamento filosófico contemporâneo? Nesse sentido, o Humano Mulher, como percurso criado para lidar com o campo problemático apresentado, desdobra a pergunta central nas perspectivas (i) metafísica: o que é ser mulher?, (ii) epistemológica: como é ser uma mulher?, (iii) prática (ética e político-cultural): para quê distinguir mulheres, branca, negra e indígena, da condição da mulher em geral? Questões orientadoras no sentido de compreender com vistas ao arcabouço filosófico da atualidade, os pressupostos que apontam a condição das mulheres num contexto de colonização do pensamento partindo da conceituação do outro.

Objetivamente lança-se uma pergunta retórica: por que pesquisar sobre a condição da mulher na perspectiva filosófica? Primando menos pelo caráter conclusivo que aponte uma resolução, trata-se prioritariamente de uma atuação exploratória na construção de um mapa reflexivo que busque nas produções teóricas, evidenciar o construto teórico de filósofas mulheres ao modular conceitualmente a realidade de mulheres, contextualizadas a partir da categoria de gênero na pluralidade do contexto social brasileiro, e não apenas. Nesse sentido, o Humano Mulher tem seu campo problemático enquanto um processo formativo e de diagnóstico de teorização à luz de questões emergentes da contemporaneidade.

No sentido político-pedagógico o projeto se inscreve como ação relacionada à obrigatoriedade do IF no cumprimento da Lei Maria da Penha de 2010 que ao tratar das medidas integrativas de prevenção diz no artigo 8º, inciso V:

a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres (BRASIL, 2006).

Outra obrigatoriedade cumprida pelo Humano Mulher, trata da lei de 2021 que inclui conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, no seu artigo 2º, inciso IV ao VII:

abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

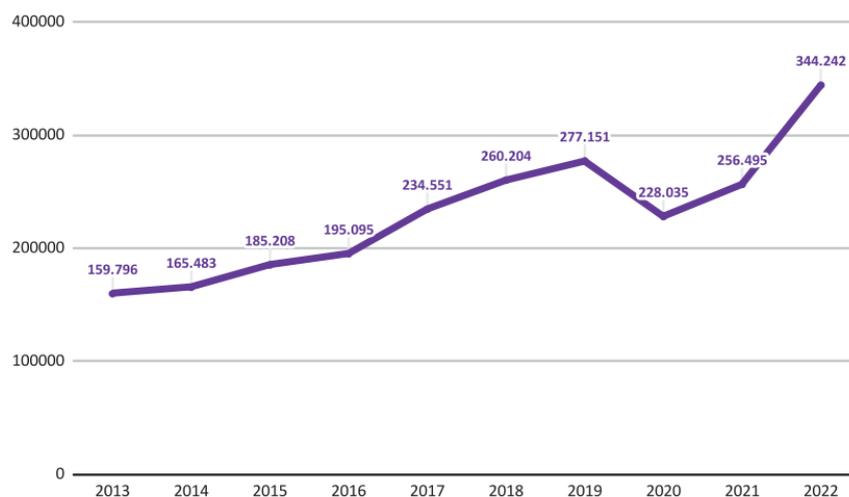
promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (BRASIL, 2021).

Em abril de 2024 foi divulgado pelo Ministério das Mulheres, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), cujos dados remetem aos anos de 2022 e 2023¹⁵ e que justificam e evidenciam a importância do projeto diante dos números alarmantes sobre a violência contra a mulher. Observa-se abaixo o crescente índice de registros de violência contra a mulher:

Figura 2 - Total de registros de violência doméstica, sexual e outras violências por ano - Brasil, 2013-2022

¹⁵ Os dados do RASEAM são coletados através de órgãos oficiais, tais como: Tribunal Superior Eleitoral, Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Comitês Olímpico e Paralímpico do Brasil, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Saúde, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ONU Mulheres e outros.



Fonte: RASEAM, 2024, p. 57.

Ora, essa realidade não está distante do cotidiano dos institutos federais ao considerarmos que as mulheres da comunidade acadêmica, servidoras, estudantes, familiares, e, profissionais terceirizadas, vivenciam situações sexistas de violência dentro e fora da instituição. Nesse sentido, se o RASEAM mostra que no país há um aumento nos registros de violência, na instituição observamos nas escutas orientadas¹⁶ que as violências contra mulheres não estão ausentes da realidade escolar no campus.

Em 2023 e 2024 o Humano Mulher realizou escutas orientadas com as estudantes ingressantes de 1º ano dos cursos integrados com o tema da condição de ser mulher no IFTM Campus Ituiutaba. Em 2023 participaram 83 mulheres estudantes, e 2024 participaram 72 mulheres estudantes. As escutas são ações de integração entre os projetos de pesquisa, de extensão Aliança Estudantil e o de ensino que compõem o Humano Mulher.

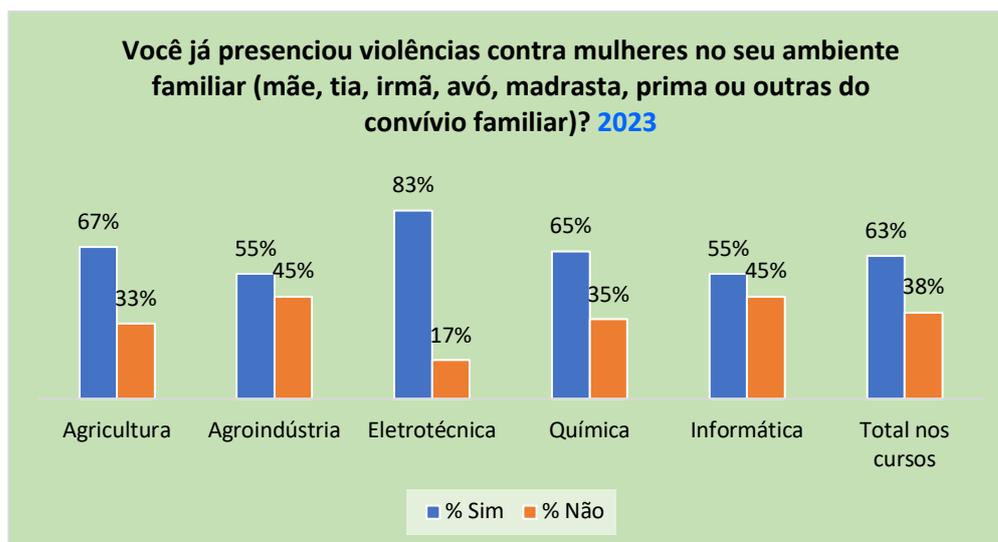
As escutas orientadas foram mediadas por uma metodologia de formação e de diagnóstico, nesse sentido, as estudantes das turmas foram recepcionadas por estudantes bolsistas de extensão, ensino e pesquisa, que realizaram a apresentação dos seus projetos com o objetivo de explicar e contextualizar os conceitos filosóficos e os problemas cotidianos da condição da mulher na sociedade. Em seguida, foram disponibilizadas audições quantitativa e qualitativa para que as estudantes expressassem suas particularidades e experiências como mulher¹⁷.

¹⁶ A escuta orientada foi realizada nos anos 2023 e 2024 com as estudantes dos 05 cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFTM Campus Ituiutaba como parte das ações integradoras do Humano Mulher nos seus eixos de ensino, pesquisa e extensão. As escutas são encontros de conscientização formativa com a apresentação teórica sobre a condição da mulher, seguida de diálogos diretos através de formulários sobre diferentes assuntos relacionados ao cotidiano das mulheres.

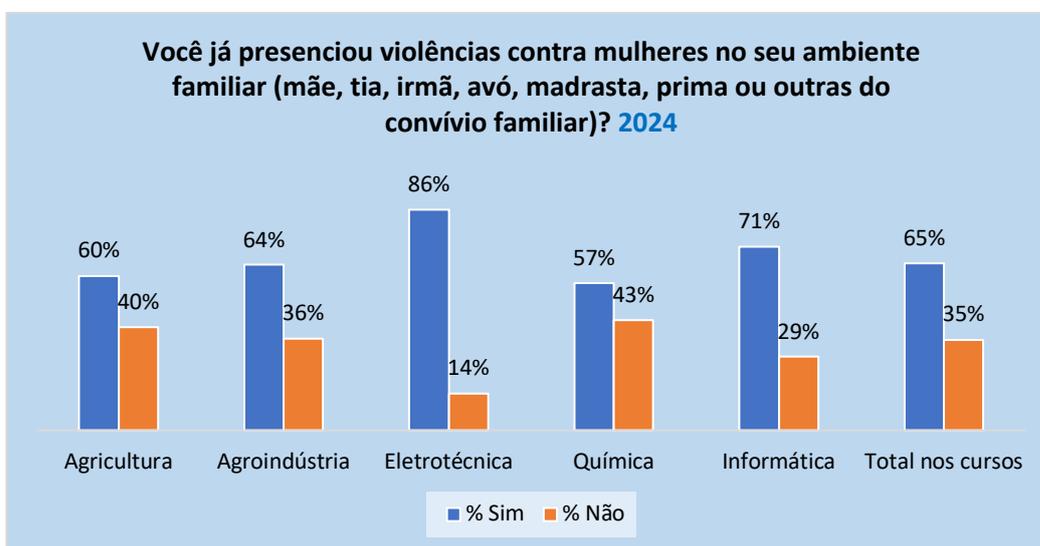
¹⁷ Em 2024 as escutas orientadas foram realizadas em parceria com a unidade curricular de educação física cuja docente responsável, Elisa de Almeida Souza, atuou com a formação conscientizadora dos estudantes com o tema relacionado ao lugar dos homens no enfrentamento à violência contra as mulheres. As estudantes foram direcionadas para o ambiente

Observamos abaixo que as particularidades de ensino, de pesquisa e também extensionista do projeto, articulam as camadas de estudo e aprendizagem de conceitos, de continuidade e exposição das investigações de iniciação científica, e de extensão interna que trata do público atendido pelo IFTM, bem como, extensão externa, que trata das relações desse público no cotidiano que extrapola as vivências ao IF e que influenciam diretamente a realidade estudantil. Faz-se mister destacar o lugar da conscientização a partir do acesso às informações sobre violência contra mulher.

Figuras 3 e 4 – Escuta orientada com estudantes sobre violência no IFTM Campus Ituiutaba



Fonte: Autora, Humano Mulher, 2023.



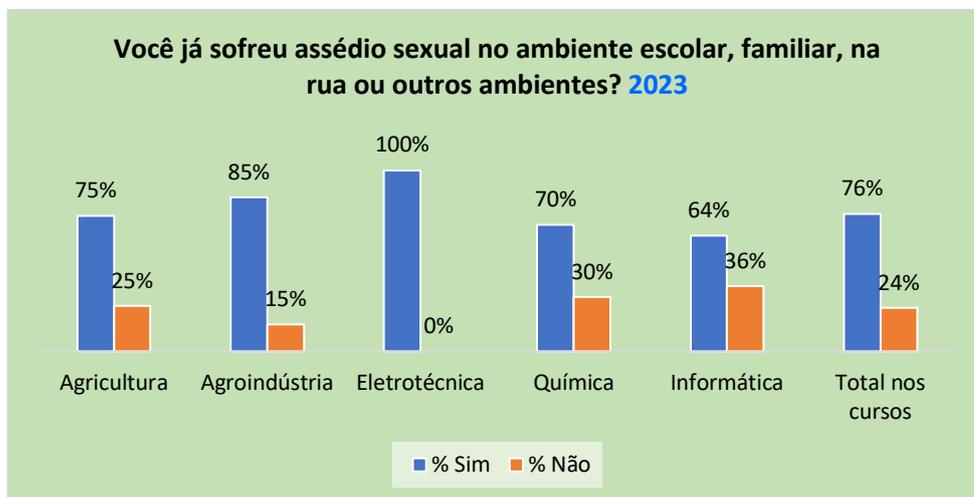
Fonte: Autora, Humano Mulher, 2024.

em que as bolsistas e a professora coordenadora do Humano Mulher desenvolveram as escutas com as estudantes, e simultaneamente, os estudantes foram direcionados para o ambiente com a docente da educação física para a conscientização direcionada à condição da masculinidade e a violência contra mulher.

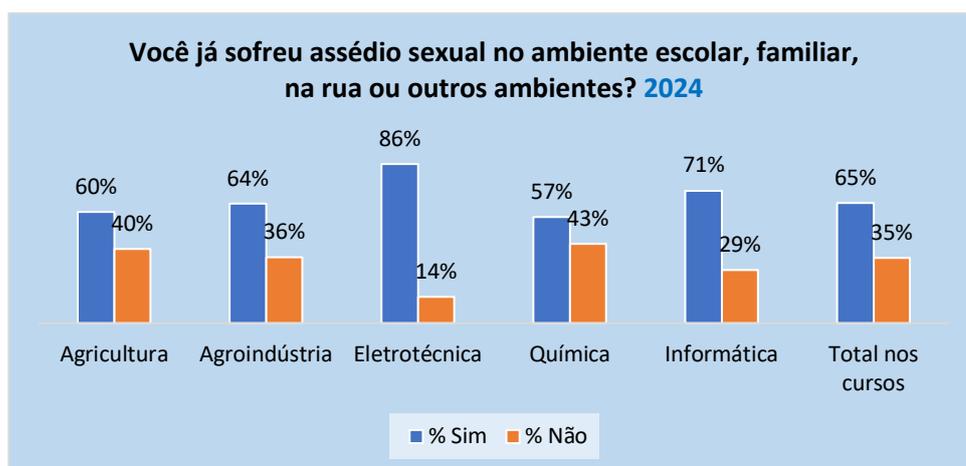
Os gráficos mostram a relevância do projeto na medida em que é indispensável alcançar as mulheres da comunidade estudantil, incluindo as familiares das estudantes, e não apenas, é necessária a concretização de uma estratégia de conscientização quanto à condição da mulher aliada à rede de acolhimento e apoio no enfrentamento da violência.

Outra evidência preocupante diagnosticada na escuta apresentada nos gráficos abaixo, trata da violência sexual vivenciada por estudantes, cuja gravidade exige que sejam apresentados e divulgados às mulheres das comunidades interna e externa, a tipologia de violências contra a mulher expondo o que são essas violências, as condições em que acontecem, bem como os canais de denúncia e os equipamentos de enfrentamento e proteção em caso de violência que compõem a rede de apoio e acolhimento às mulheres.

Figuras 5 e 6 – Escuta orientada com estudantes sobre violência no IFTM Campus Ituiutaba



Fonte: Autora, *Humano Mulher*, 2023.



Fonte: Autora, *Humano Mulher*, 2024.

Diante do contexto apresentado nos gráficos, nacionalmente e também no cotidiano do instituto, é indispensável a compreensão reflexiva da mulher na sociedade designada ao lugar da inferiorização e que tem no apagamento e na violência algumas de suas manifestações.

A FILOSOFIA COMO COMPREENSÃO DE GÊNERO DA REALIDADE

O arcabouço filosófico que sustentou as ações do Humano Mulher foi concentrado em conceitos de filósofas que nas suas produções tratam das questões relacionadas a gênero, incluindo os nexos com raça e classe. Nesse sentido, nas dimensões, ensino, pesquisa e extensão, resguardadas as suas especificidades, a lida investigativa e analítica dos textos filosóficos foi desenvolvida como premissa para a atuação das estudantes bolsistas, uma vez que o exame do cotidiano está implicado no pressuposto epistemológico como ponto de partida.

Simone de Beauvoir, Djamila Ribeiro, Patrícia Hill Collins, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, Célia Xakriabá e Lia Vainer Schuman são as pensadoras referências do Humano Mulher de 2021 a 2024 e que, dedicando a tratar do gênero como categoria de análise, possibilitaram o estudo propedêutico em filosofia no ensino médio integrado no instituto federal, sobretudo a efetivar uma real, emergente e criativa estratégia educacional.

Simone de Beauvoir em 1949 formula a pergunta central da sua célebre obra *O segundo sexo*, qual seja: o que é uma mulher? Não por acaso essa é também uma das perguntas do Humano Mulher, cujo caminho pela resposta nos interessa como feito filosófico. As definições convencionais em resposta à pergunta apresentam a mulher segundo códigos de comportamentos sociais, que evidenciam a mulher na qualidade de uma carência ou falta em relação a um referente, que por sua vez é este próprio que se coloca e se afirma como qualidade positiva. Ora, a filósofa chama atenção para o fato de que na história do pensamento, os homens que narraram a definição de modelo do ser, e tendo-o como parâmetro afirmou-se como modelo de existência, portanto, assim o fazendo, fixa-se uma construção cultural como sendo natural à existência, qual seja, o modelo necessário de humano é encontrado no homem como universalidade. Constatase:

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades simétricas, de dois polos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade (BEAUVOIR, 2019 p. 12-13).

Esse é um pressuposto oculto que em operação alimenta a concepção de neutralidade do conhecimento ao partir de afirmações universalistas, ou seja, a definição de ser humano, historicamente, teve sua fundamentação baseada na existência do homem: “sem dúvida, a mulher é, como o homem, um

ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular” (p. 10), de modo que salta a evidência de que o conceito ou significação de ser é contingente. Disto posto, o homem se coloca como sujeito e o que difere de si é definido como o não sujeito, sujeito como ser e não sujeito como não ser.

Na medida em que o sujeito se afirma, ele em fato o faz se opondo, pois em se diferenciando como eu, faz de outros eu o objeto. Veja que a filósofa desmistifica a condição da mulher como sendo natural ao evidenciar que sua condição é do outro como esvaziamento diante da afirmação cultural do homem como sujeito absoluto. Não por acaso, no mesmo texto, a autora evoca a semelhança da análise às categorias de raça e classe no caso das condições de proletários, de judeus e de pessoas negras, que diminuídos tiveram suas existências relegadas à objetificação.

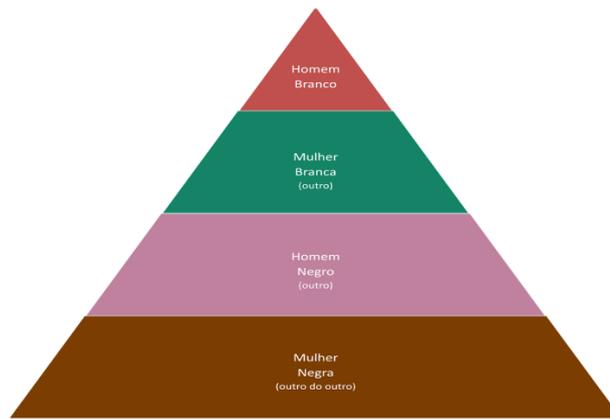
O Humano Mulher é herdeiro da compreensão de Beauvoir da condição da mulher como outro, cujos desdobramentos na latência imanente dos dias contemporâneos são diferenças sociais em que mulheres têm suas vidas sujeitadas à violência, códigos morais de comportamento, limitações para uma vida ativa com autonomia e liberdade, desigualdade de salários e de condições de trabalho, apagamento intelectual em diversas áreas de produção de conhecimento, bem como a fixação de sua função naturalizada como reprodutora.

Se a filósofa francesa foi fonte teórica no primeiro momento para o projeto, posteriormente e diante das particularidades da realidade brasileira e regional do IF, foi imprescindível buscar alianças com pensadoras que lidassem com a condição de ser mulher no Brasil. Nessa perspectiva, Djamila Ribeiro tornou-se referência no projeto.

Ao olharmos para as relações humanas que constituem um tecido social cuja característica principal é a diferença em diversos estratos, e por isso é necessário falar menos em diferença no singular e mais em diferenças no sentido lato do termo plural, nos urge dar atenção para a distinção entre uma organização da sociedade fundada no modelo de matriz de dominação ou no modelo de intersecção das desigualdades.

Ao se identificar na sociedade um grupo social que se mantém pequeno e acumulando a maior parte de poder, e, portanto, se valendo privilegiadamente das produções da humanidade em termos de avanços intelectuais, científicos, financeiros, ambientais, políticos e sociais, percebe-se estarmos diante da matriz de dominação, cujo princípio de parâmetro é a dominação dos demais grupos sociais através de mecanismos de autorização discursiva legitimados como sendo o modelo universal de verdade. Tal modelo é apresentado pela filósofa Djamila Ribeiro ao evidenciar a pirâmide social do poder (2019, p. 39) presente na sociedade brasileira ancorada no respectivo formato piramidal:

Figura 07: Pirâmide social do poder



Fonte: Autora, 2025.

A pirâmide social de poder apresentada pela filósofa é baseada na localização dos corpos em sociedade, considerando como aspecto fundante a condição de existência a partir da matriz ‘modelo e cópia’, ou ainda, ‘ser e não-ser’. Essa hierarquização traz o homem branco no topo da pirâmide como modelo de referência, seguido da mulher branca como outra por não ser homem, em seguida o homem negro com não branco, portanto, ambos, mulher branca e homem negro como outro, e na base a mulher negra, por não ser nem homem e nem branca, portanto, outro do outro.

Nesse modelo, as existências não semelhantes ao estabelecido como referência universal de humano, cujo padrão cultural erguido é o homem branco, são designadas à condição de outridade, ou seja, são hierarquicamente organizadas conforme graus de aproximação e distanciamento a partir de gênero e raça diante da corporeidade padrão que coroa o topo piramidal.

Após o diagnóstico do modelo piramidal mantido nos territórios sociais, dentre os quais, o território educacional, cabe, indispensavelmente, nos perguntarmos por outro modelo cuja organização não seja fundada na hierarquização das diferenças forjadas a partir de um modelo autoreferenciado como universal.

Ora, ao olharmos para o mundo do trabalho, e mesmo para os ambientes educacionais, perguntamo-nos como atuar de modo a possibilitar um enfrentamento para minimizar, e progressivamente, eliminar as discriminações sexistas, raciais e classistas? Esse questionamento nos induz à percepção problemática entre o diagnóstico do modelo matricial de dominação e a possibilidade de alteração para um modelo que não seja constituído como padrão universalizado de ser humano, mas que considere justamente o ser humano na conexão de suas diferenças. Para isso, requisita-se novos instrumentos de análise teórica e empírica para dar conta de um modelo organizacional interseccional, daí a importância do indicativo de Djamila Ribeiro ao tratar da intersecção das desigualdades.

Segundo a pensadora Patrícia Hill Collins o que faz com que uma análise seja interseccional não é a busca isolada pela dimensão metafísica da questão “o que é interseccionalidade”, muito antes, a

magnitude da intersecção é o que ela faz, o que ela efetiva enquanto práxis crítica. Nesse sentido, para além de um instrumento teórico de compreensão da realidade, ela (a ferramenta) se sustenta na efetivação prática de atuação nas instituições diante de problemas sociais:

Embora todas as pessoas que utilizam as estruturas interseccionais pareçam estar sob um grande guarda-chuva, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica significa que ela pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de problemas sociais. [...] se refere às maneiras pelas quais as pessoas, como indivíduos ou parte de um grupo, produzem, recorrem ou aplicam estruturas interseccionais na vida cotidiana (COLLINS, p. 18, p. 51, 2021).

Nesse sentido, diante dos problemas cotidianos relacionados à condição da mulher, o Humano Mulher se alia à outra autora perscrutando a definição conceitual de interseccionalidade para buscar o entendimento teórico enquanto possibilidade de um diverso modelo de organização social, ou seja, enquanto intersecção das desigualdades, cujas estruturas interseccionais possibilitem lidar com questões do cotidiano que têm sido desdobradas como problemas desafiadores para instituições de interesse público, sobretudo as instituições de ensino considerando as condições de gênero e de raça:

Nossa análise da diversidade no ensino público fundamental, médio e superior aborda os desafios para estabelecer a interseccionalidade como um campo de investigação práxis em diálogo com a educação crítica, um domínio que enfrenta desafios semelhantes. (COLLINS, p. 243, 2021).

O outro como condição da mulher não encerra a problemática com a intersecção das desigualdades, ao contrário, a questão é tratar menos das mulheres em geral e mais de um primeiro diagnóstico analítico desdobrado nas intersecções de raça e classe social. Nesse sentido, a pensadora, Grada Kilomba desenvolve a condição da mulher evidenciando que é indispensável considerar as diferenças entre as mulheres, pois a diferença que a coloca em relação ao homem no lugar de não ser é ainda replicada quando se trata da racialização entre mulheres brancas e mulheres negras, posto que se a mulher negra é outra por não ser homem, é também outra por não ser branca, tendo sua condição de mulher negra enquanto outro do outro:

mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca, uma espécie de carência dupla, a antítese de branquitude e masculinidade. Por esse ponto de vista, percebe o status das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas; do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, nessa perspectiva não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de outro do outro (RIBEIRO, 2019, p. 38).

Observa-se que a categorização do outro como localização da mulher na pirâmide social é atravessada não como uso generalista da compreensão, pois do contrário todas as mulheres seriam outro, e é justamente nos valendo das distinções de raça e de classe social que perguntamos pela localização da mulher, portanto, das mulheres. Em 2023 o Humano Mulher iniciou uma nova aliança teórica para lidar com as diferenças, e em específico com a localização da mulher indígena na sociedade.

Nesse sentido, a pensadora indígena, Célia Xakriabá, apresenta o racismo de ausência em relação aos povos indígenas, e que alargamos a reflexão também para o sexismo de ausência em relação às mulheres indígenas: “Um país que tem 523 anos e nós somos vítimas não somente do racismo da presença, [mas também] do racismo da ausência, quando, mesmo sendo únicas, as pessoas perguntam se somos de verdade” (XAKRIABÁ, 2023).

Problematizamos sobre a localização da mulher indígena que revela a compreensão da sociedade de invisibilização que define a existência dos povos indígenas, e em especial à mulher indígena, a partir, exclusivamente, dos seus territórios, como se suas existências fossem encerradas no território e a atuação das instituições públicas que lidam com a garantia dos direitos da população não devessem ser elaboradas justamente pelos corpos a quem se destinam.

Considerando a pirâmide social, cabe a indagação pela localização das pessoas indígenas, e especificamente, onde as mulheres indígenas estariam posicionadas na hierarquização social. Partindo do pensamento de Djamila Ribeiro, apontamos para a localização social do homem indígena na 5ª posição, pela condição étnico-racial, que, associado aos dados da ausência indígena nas políticas e organização estrutural da sociedade brasileira, evidencia duplamente a condição de outro, ou seja, outro por ser indígena e, outro por sua existência ausentada na sociedade. Em sequência, a mulher indígena estaria em 6ª posição por gênero, raça e etnia, e pela existência ausentada na sociedade, ou seja, não sendo nem branca, nem negra, agora se tornará a base da pirâmide.

Observamos que ao se aliar ao construto teórico que evidencia a intersecção das desigualdades, o Humano Mulher necessitou perguntar pelas diferenças entre as mulheres, sobretudo na relação gênero e raça. Nesse sentido, foram requisitadas contribuições de pensadora indígena, pensadora negra, e não apenas, se impôs também o labor investigativo pela singularidade da mulher branca a partir da noção de branquitude.

A autora Lia Vainer Schuman destaca a importância de “perguntar quem é o branco e como a ideia de raça, bem como o racismo operam a constituição dessa identidade” (SCHUCMAN, p. 13, 2016), para compreender as variantes que constituem o racismo sem designá-lo como criação da população, muito ao contrário, o percurso da autora trata da branquitude como produtora de condições simbólicas e materiais que reforçam uma concepção de si mesma como superior a outras racialidades.

A definição do conceito de branquitude é indispensável para subsidiar os diálogos e escutas orientadas do Humano Mulher, e muito antes, para que a investigação possa resultar em um instrumento que possibilite à própria instituição se apropriar e refletir sobre o enfrentamento às injustiças e desigualdades sociais no cotidiano escolar. Veja-se a autora:

Definir o que é branquitude e quem são os sujeitos que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos

contemporâneos sobre identidade branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, se colam e se descolam umas das outras [...] Ser branco e ocupar o lugar simbólico de branquitude não é algo estabelecido por questões apenas genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam (SCHUCMAN, p. 23, 2016).

Vemos, nesse sentido, a localização da branquitude enquanto posição social, que mantendo condições sociais e políticas não possíveis a todas as pessoas que racialmente diferem dela, se firma como um grupo social privilegiado.

Sueli Carneiro, mulher, negra e filósofa, em diálogo com Lia Vainer Schucman demonstra inequivocamente o contexto dos privilégios raciais.

branquitude se constitui em um sistema político não nomeado que assegura a supremacia branca [...] Esse sistema opera como uma fábrica de produção e replica dominadores e dominados. [...] e as pessoas brancas são todas elas beneficiadas desse sistema [...] porém nem todas as pessoas brancas são, necessariamente signatárias desse contrato racial. Aí, que, para mim, reside a possibilidade de diálogo (SCHUCMAN, CARNEIRO, p. 44, 2023).

Portanto, observamos que para o fazer filosófico que trata das relações interracialis no contexto educacional, é necessária a localização conceitual da análise sobre branquitude, para que se possa resultar em uma conclusão diagnóstica e formativa erguida no nexos entre construto teórico e realidade empírica cotidiana de estudantes mulheres no Instituto.

A filosofia nos institutos federais revela um grande desafio que não é inaugurado em 2008 quando da instituição da rede federal, desafio este relacionado ao problema próprio da filosofia como feito humano, e portanto, vinculada às contingências do seu tempo. Nesse sentido, a presença como unidade curricular no ensino médio integrado requer da área ininterruptas articulações epistêmicas, políticas e pedagógicas visto ainda não foi desfeito o fantasma do fim da obrigatoriedade no currículo.

Essa situação fantasmagórica tem dois rostos, a herança dos tempos da retirada e total ausência no percurso formativo de gerações de estudantes na educação brasileira, e, a insegurança imatura nos caminhos a percorrer a fim de não se enrijecer como descrição expositiva de conteúdos apartados do nosso tempo e que encerram em si mesmos como reprodução representativa do que um dia poderia ter sido como pensamento autônomo e criativo de conceitos.

Essa situação fantasmagórica tem dois rostos, quais sejam: (i). a herança dos tempos da retirada da filosofia e total ausência dela no percurso formativo de gerações de estudantes na educação brasileira, e, (ii). a insegurança nos caminhos a percorrer, a fim de não se enrijecer como descrição expositiva de conteúdos apartados do nosso tempo, que encerram em si mesmos como uma reprodução de conceitos, embora um dia pudera ter sido pensamento autônomo e criativo de conceitos.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana Carolina Gomes. *Humano Mulher e a prática de ensino plural em filosofia*. In: Experiências e práticas docentes [recurso eletrônico]: perspectivas para uma educação transformadora/organizadores: Bernardo Tadeu Machado Verano ... [et al.]. - Santo Ângelo: Metrics, 2023. p. 241-253.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo – fatos e mitos*. Tradução Sérgio Millet. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher[...]. Brasília, DF, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 08 dez 2024.
- BRASIL. *Lei nº 14.164*, de 10 de Junho de 2021. incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher [...]. Brasília, DF, [2021]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>. Acesso em: 08 dez 2024.
- BRASIL. Ministério das Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. 1ª Impressão. Brasília: Ministério das Mulheres, abril, 2024, 468 pg. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>. Acesso em: 08 dez 2024.
- COLLINS, Patrícia Hill. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Revista Estudos Feministas, nº 1, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/KimberleCrenshaw.pdf>
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é filosofia?* Tradução Bento Prado Júnior; Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.
- _____. *Diferença e Repetição*. Tradução Luiz Benedicto Lacerda Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MULHER, Humano. *Você sabe onde, quando e como procurar apoio para mulheres em Ituiutaba?* Ituiutaba, 25 de julho de 2024. Instagram: @humanomulher. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C8pZmsiRa0O/?igsh=MWMydnk1amJobng1dw==>. Acesso em 08 dez 2024.
- PACHECO, Eliezer. *Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*. São Paulo-Brasília: Editora Moderna, 2011.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 1ª ed., São Paulo, Editora Veneta, 2016.
- SCHUCMAN, Lia Vainer; CARNEIRO, Sueli. *Branquitude - diálogos sobre racismo e antirracismo*. 1ª ed., São Paulo, Editora Fósforo, 2023.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. In: HOLLANDA, Heloisa Burque de (Org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-80.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Universidade Federal de Brasília. Brasília – DF, 2018. 218 p.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Correa. *Se o Brasil começa por nós, por que nós chegamos por último?* Entrevista concedida a Karla Mendes. Notícias Mongabay. 08 de fevereiro de 2023. <<https://brasil.mongabay.com/2023/02/celia-xakriaba-se-o-brasil-comeca-por-nos-por-que-nos-chegamos-por-ultimo/>>.



ARAÚJO, Ana Carolina Gomes. Filosofia e Gênero como prática de integração no Instituto Federal. *Kalagatos*, Fortaleza, vol. 22, n.2 , 2025, eK25019, p. 01-22.

Recebido: 03/2025

Aprovado: 04/2025